

FRANÇOIS BIZOT

O silêncio do algoz

Tradução

Hugo Mader



Copyright © 2011 by François Bizot

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2013 Carlos Drummond de Andrade de la Médiathèque de la Maison de France, bénéficie du soutien du Ministère Français des Affaires Étrangères et Européennes.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2013 Carlos Drummond de Andrade da Mediateca da Maison de France, contou com o apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores e Europeias.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Le Silence du bourreau

Capa

warrakloureiro

Foto de capa

Manuel Ceneta/ GettyImages

Preparação

Flavia Lago

Revisão

Jane Pessoa

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bizot, François

O silêncio do algoz / François Bizot; tradução Hugo Mader.
— 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2391-9

1. Atrocidades políticas – Camboja 2. Camboja – História – 1953-1975 3. Partido comunista do Kampuchea – História – Século 20 I. Título.

14-00258

CDD-959.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Camboja: História 959.6

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Phnom Penh, 8 de maio de 2009	9
1. Sarah, 1963	11
2. O revolucionário, 1971	30
3. O algoz, 1988	68
4. O detento, 1999	85
5. O réu, 2009	110
Post-scriptum	133
Primeiro anexo — Miscelânea [de lembranças] a propósito de <i>Le Portail</i> , de François Bizot [por Kang Kek Iev, apelidado Deuch]	135
Segundo anexo — Depoimento do sr. François Bizot, testemunha da Câmara nº 1 (8-9 de abril de 2009).....	153
<i>Notas</i>	201
<i>Cronologia dos acontecimentos referidos no livro</i>	207
<i>Agradecimentos</i>	209

1. Sarah, 1963

— Bar-le-Duc! Bar-le-Duc! Parada de oito minutos.

A chegada de um trem à estação lembra uma roda da fortuna prestes a parar. As imagens desfilam cada vez mais lentamente, até que a janela se imobiliza ao acaso. Lembro-me da cena como se tivesse sido ontem. O frio das névoas outonais já se insinuava na penumbra. Uma garoa gelada refletia a luz das lâmpadas até a extremidade da plataforma. Dali, saía uma rampa que ia dar na estrada de ferro. Ainda ignorava que iria esgueirar-me por ela até os trilhos. Nessa noite, pela primeira vez, a minha vida parou.

Estava com a minha mãe, meu pai tinha morrido havia pouco, íamos para a casa de minha irmã. Sarah se retraiu nos meus braços, irrequieta com o barulho. Ela quase não saía de casa, depois que a trouxe de Colomb-Béchar e a confiei aos meus pais. Orelhas grandes e angulosas, olhos rutilantes, cauda peluda, instinto selvagem, a tudo farejava de enfiada, com rápidos movimentos de seu minúsculo e úmido focinho, pronta a escapular de um salto.

Era linda, mais que tudo. Por ela, eu chegaria a lutar. Os hábitos dos meus companheiros da 711ª Companhia de Transmis-

sões eram-me familiares, mas os dela eram muito mais, até nos seus mais estranhos caprichos. À noite, tirava-lhe a coleira e dormíamos juntos na areia, sob o mesmo cobertor. Após o serviço militar, afeiçoei-me tanto à raposinha que o meu pai cuidava dela com boa vontade quando eu saía para passear sem rumo certo. Mantinha-a consigo no escritório, debaixo da prancheta, onde pusera um pedaço de linóleo que ela revolia ganindo, como se quisesse refazer a sua toca. Acalmava-se na presença dele, mas mordida os dedos da minha mãe.

“E agora, o que faremos com o pequeno feneque? Não sei se poderei tomar conta dele sozinha”, afligiu-se subitamente minha mãe, à saída do cemitério.

Num piscar de olhos, desapareci na fria estação de trem. Havia reparado que a estreita passagem que descia da plataforma ia dar num caminho em cujas margens eu poderia perpetrar qualquer coisa com a certeza de não ser ouvido. Lembro-me de ter imaginado o ar de espanto dos ferroviários que, cedo ou tarde, dariam com a fofa pelagem loira. Retornei à plataforma rapidamente, como quem sai de uma cloaca, ainda submerso no desgosto brutal daquilo que acabara de cometer — uma mistura de impressões pungentes, a um só tempo de força bruta, desafio e espanto que dramatizava o falecimento de meu pai. Meus olhos se encheram de lágrimas.

No momento em que escrevo estas linhas, sou novamente invadido no imo pela mesma repugnância que arrasou a minha confiança naquele dia.

Minha mãe não precisou me fitar duas vezes para notar o sangue na manga do meu capote. Senti seu olhar pousar em mim e se cravar em vários pontos do meu rosto, como para descobrir-me a alma, para ajuizar o homem que eu me tornara e, quem sabe, também a sua parte de responsabilidade no que ela começava a intuir, pobre mulher...

Ainda em vida do meu pai, era evidente que eu não permaneceria na França: não era ali que se ofereciam as primícias da vida com que eu sonhava e em nome da qual estava impaciente por tudo mudar. Assumia com serenidade, como uma exigência natural, a vontade de partir para longe, para um desses países desconhecidos que cada um traz dentro de si, ainda deslumbrado com o egoísmo criativo em que mergulhara a minha infância, desinibido, disposto a tudo.

Dada a impossibilidade externada por minha mãe de tomar Sarah aos seus cuidados, bem como minha intransigência em relação a uma emancipação que almejava com todas as fibras do meu ser, não mais hesitava, de volta à sombra do vagão, em considerar os prós e os contras do meu crime até chegar a encará-lo como um sacrifício definitivamente necessário e corajoso. A mim, e a ninguém mais, cabia remediar a situação. Quanto a livrar a cara vendendo Sarah — naquele tempo, na Argélia, a raposa do deserto era um animal na moda —, parecia-me uma solução tibia, degradante, satisfatória apenas para os objetos que não contam.

Ora, Sarah contava. Sacrificá-la, a meu ver, não constituía um crime menor, longe disso. O animalzinho partilhava, para viver, das disposições comuns a todas as criaturas: medo, agressividade, necessidade de aconchego. Eu não tinha, em absoluto, a impressão de ter cometido um ato insignificante, mais superficial ou decorrente de uma resolução menos grave que a exigida para assassinar um ser humano. Estava convencido de que tinha sido tão difícil criar um feneque quanto um *Homo sapiens*. Já tinha assistido, de longe, à morte de um punhado de homens da minha idade alvejados com indiferença, sem experimentar grande emoção. Ora, não é dever dos homens em tempo de guerra abater regularmente seus semelhantes? Isso me curara da crença numa superioridade dos seres humanos, como se eles fossem os únicos depositários de alento espiritual. Parecia-me, antes, que tal pri-

mazia toca a cada ser vivo na proporção da dor que se experimenta ao perdê-lo. Como, então, a morte de um animalzinho mimado e humanizado, que imaginava saído das mesmas camadas do universo que eu, poderia ter me afetado menos do que a morte de um desconhecido a quem não tinha motivo algum para estimar?

O general De Gaulle não permitia que lhe servissem à mesa as galinhas de sua capoeira, pois durante o passeio que fazia todas as manhãs em Colombey-les-Deux-Églises ele as via vivas, em passant, a ciscar a relva. Para mim, deveria ser a mesma coisa: o sacrifício de um animal não poderia me deixar indiferente, a menos que nunca o tivesse visto.

Naquela época, todas as crianças tinham um santo padroeiro. O meu era são Francisco de Assis, e eu me orgulhava do meu protetor. Militava, tal como ele, em favor da integração de todas as criaturas através de uma espécie de carta dos direitos do ser vivente. Na minha primeira comunhão, havia recebido santinhos com imagens do lobo de Gubbio e do sermão aos pássaros. Para mim, tampouco havia solução de continuidade entre o mundo animal e o mundo humano, e eu venerava a presença invisível que parecia palpitar naquele. E se a ciência e a filosofia, após são Francisco, haviam insistido numa diferença radical entre os homens dotados de razão e os “animais-máquinas”, eu mesmo nunca me senti estranho ao reino animal.

Desde então, não evoluí nesse aspecto. Tal maneira de dividir o mundo vivo me consterna. Ela continua a ser um dos limiares, um dos obstáculos que minha sensibilidade nunca me permitiu superar.

Quando cheguei ao Camboja, em 1965, vi sem nada dizer, como todo mundo, tartarugas vivas viradas do avesso no braseiro; o talho aberto a machete no dorso da lontra, para prender-lhe

o espeto; o porco amarrado ao bagageiro das motocicletas arrasando no chão o focinho ensanguentado — todas vítimas da nossa indiferença, do desgarre que separa o homem das demais criaturas, o mesmo desgarre que autorizava os milicianos do Khmer Vermelho a golpear a cabeça das crianças contra uma árvore ou uma parede.

Quando se mata “porque é necessário”, digamos assim, o que importa é nossa forma de ver e pensar de imediato, nossa maneira de experimentar o interdito, a gravidade do perigo, sem explicação. Após a guerra, compreendi depressa que a carne, da qual tínhamos sido privados havia muito pelo racionamento, também constituía uma espécie de tabu.

Morávamos então em Nancy. Quando ia ao estádio de Essey com meu pai, evitávamos passar diante dos matadouros cujas exalações impressionavam meu espírito de criança. Percebia confusamente o que se fazia ali, embora fosse incapaz de imaginar por um segundo o que realmente se dissimulava por trás dos muros daquele império recluso. Mais tarde, o rumor de que multidões de seres desumanizados, na maioria judeus, haviam sido conduzidas para o abate me chegou aos ouvidos, aureolado do mesmo mistério incompreensível. Decerto, eles tampouco deviam ter alma.

Tinha sempre em mente uma conversa que tive com o meu pai, por volta de 1954. Acabávamos de deixar a tabacaria da esquina, em frente à cervejaria de Amerval. Nos primeiros tempos, disse-me ele, os seres viventes tinham aparecido sob as águas, de onde saíram para ir viver em terra firme; depois, tendo evoluído, começaram a ganhar os ares. Tínhamos concordado que aquilo era o progresso, a gradual evolução da vida, através de várias etapas, de um plano mais baixo para outro mais alto, rumo a um termo ideal. Ora, uma parte das criaturas, demasiado atraída pelo plano baixo, não havia logrado ascender senão pendurando-se às árvores.

Esse grupo reunia as criaturas mais inteligentes, e a maioria de seus membros decidiu conquistar a terra rapidamente com o fito de estabelecer ali o seu império, correndo o risco de viver sob o regime dos carnívoros e sofrer graves consequências. A astúcia dessas criaturas consistia em assumir sua imbecilidade sob uma forma congenial. Nós, os homens, éramos os seus fiéis herdeiros. Desde então, nada mais subsistiu sobre a terra, sob a terra ou nas águas que os homens não rastreassem, não ludibriassem, não encurralassem ou não destruíssem. Tudo teve de submeter-se à voracidade de seu desejo.

Somente os pássaros ornados de plumas, graças à sua esplêndida leveza, haviam logrado escapar-lhes à dominação alçando voo em rápido adejo, enquanto as outras espécies foram privadas dos seus direitos. A invenção do conhecimento, tal como a do bem e do mal, dos bons e dos ruins, data dessa época. Os pássaros tornaram-se as únicas criaturas capazes de mergulhar profundamente no sonho da vida, de viver pacificamente longe do mundo e dos deuses, à distância da espécie humana, dos matadouros, campos de concentração e demais estabelecimentos de abate.

Em sua desmedida presunção, os homens tinham feito várias tentativas para ganhar as alturas, mas o peso excessivo dos seus membros acabava por trazê-los de volta a terra. A tensão entre o leve e o pesado que os habita tornou-se o aspecto mais trágico de sua condição cá embaixo. Desde então, a ideia de se transportar até onde desaparecem os pássaros, aspirados pela força oculta do céu, passou a ser o objetivo que perseguem, mas jamais atingem.

No meu espírito de criança, tal fábula tudo esclarecia: era por isso que os homens haviam dotado os anjos de asas e que, desiludidos da alma envilecida pelas platitudes de seu próprio peso, evocavam eternamente o mito de um paraíso perdido cujo caminho pelo céu eles continuavam a buscar cegamente.

Como sempre, nos momentos em que caminhava ao lado de meu pai, sentindo-lhe a mão pousada docemente sobre o meu

ombro, tinha o sentimento de que as palavras pronunciadas ficavam gravadas na minha memória para mais tarde forjar o que seriam as minhas primeiras reflexões de adulto.

*

Muitos alemães estavam aquartelados em Nancy quando já circulava o rumor de um desembarque dos Aliados. Eu e minha mãe subíamos a Pépinière — grande alameda que desembocava diante dos velhos carvalhos do jardim de infância. A pouca distância, um oficial da ss vinha caminhando na nossa direção. Ao cruzarmos com ele, mostrei-lhe a língua. O militar estacou. Minha mãe, atemorizada, desferiu-me uma bofetada.

“Senhora, por que esbofeteia o seu filho?... Em seu lugar, eu me sentiria orgulhoso”, disse ele, em francês, com um estalo de calcanhares, antes de seguir em frente.

Naquele dia, a exemplo de minha mãe, que raramente me batia e nunca com tanta força, compreendi que o medo era capaz de impelir qualquer pessoa a ultrapassar os limites de seu comportamento habitual.

Nos anos seguintes, ouvi amiúde meus pais evocarem essa cena. Quando tínhamos convidados, meu pai, sempre afetando um arzinho de surpresa antes de começar, gostava de chamar a atenção para a moral de uma história que, afora algumas considerações sobre o ardor do meu incipiente patriotismo, não era forçosamente aquela que todos esperavam.

Foi esta a primeira incidência de uma reflexão que eu iria elaborar e desenvolver plenamente: ainda que fossem — ou porque eram — cheias de boas propensões, as pessoas poderiam ver-se implicadas em empreendimentos criminosos. Cumpria, em todo caso, combatê-los segundo regras preestabelecidas, atendo-se a um plano traçado de antemão, fundado sobre um estado de

espírito resistente que proíbe pactuar com um oficial inimigo, por mais simpático que seja.

Após a Liberação, os primeiros livros que li contavam as aventuras de uns traficantes que iam comprar escravos para revendê-los em mercados, como animais. Revoltava-me o direito que eles se arrogavam de maltratar as presas, a pretexto da animalidade delas.

A escravidão, que convulsionava a humanidade desde a pré-história, havia tirado proveito do uso a que se destinavam as bestas, do mesmo modo como, se eu bem compreendia, o extermínio em massa havia calcado o seu método operacional no dos matadouros de animais. Um liame entre os dois fenômenos aos poucos se insinuou ao meu espírito. Como não ver que um era a consequência do outro? Que este possa ter ocorrido sem acarretar aquele? Há crimes monstruosos que atingem o mundo na sua totalidade, na sua estrutura, na sua razão de ser.

Assim vistas as coisas, de uma óptica biológica, formam-se pensamentos desalentadores, chega-se a uma percepção muito pessimista do homem. Mas o olhar da criança, o mais implacável que alguém pode dirigir a si mesmo, não perdura; o medo que nos provoca já não alcança a consciência comum. Então, veio-me a ideia, embora não ousasse crer que tal dia pudesse chegar, de que proibir o abate — em Nancy, matava-se principalmente a maço e por enervação — talvez fosse a única maneira de suprimir nos filhos do homem a vontade de devorar o próximo, de subjugá-lo para se lançar à conquista de impérios: a única maneira de causar-lhes repugnância, extirpando o desejo pela raiz. Comer a carne dos animais se tornou para mim o sinal de um instinto de morte, o símbolo de uma progressiva assimilação de nós mesmos que culminava em autofagia.

Um dia, dizia comigo, acabaremos por recordar os matadouros como marcas de outra era, com a mesma vergonha que nos

desperta a evocação dos navios negreiros. Fiquei nisso até hoje, passados tantos anos; pouco ou nada progredi após as primeiras intuições — a minha imaginação não me leva muito além dos limites dos outros entes vivos, tudo o mais permanece na sombra. Contudo, pareceu-me espantosa a ideia de que o homem descendesse do macaco. Certamente, que um dos meus ancestrais tivesse se aventurado a deixar a sombra generosa das grandes árvores para impor o seu reino, submetendo as outras criaturas, era algo que me permitia compreender melhor “o que somos cá embaixo na terra”.¹

*

Não dizíamos tais coisas entre nós, porém mais tarde observei, na Argélia, que o coração dos meus companheiros de regimento não era muito mais sensível que o meu diante do cadáver de um felá, enquanto sentíamos dramaticamente o desaparecimento do camarada que estávamos acostumados a ver, com sensibilidade por vezes surpreendente — como esta, que agora me fazia chorar no trem. Chorava por mim mesmo, assaltado pela consciência da minha indignidade: tinha sacrificado Sarah para me expurgar das consequências do falecimento de meu pai. Ora, o fato de tê-la matado sem ferir a moral nem me arriscar a nenhum castigo foi o ponto de partida de uma tomada de consciência cujo impacto sobre mim jamais deixou de me acompanhar em surdina, refletindo-se na minha face a todo momento, como se eu tivesse agido em cumprimento de uma ordem, em função de uma “razão superior”, perfeita e imutável, tornada inerente à minha pessoa.

Nunca mais tornarei a parar em Bar-le-Duc sem baixar os olhos e calar-me, a exemplo do silêncio resignado que minha mãe aprendera a observar.

Essas reflexões ainda são dolorosas para mim, como tudo o mais que ficou daquela viagem, cuja lição só muito mais tarde eu começaria a tirar. Minha mãe calou-se, com efeito, diante do inelutável, e o seu silêncio, naquele dia, cobriu o rangido dos eixos durante o resto do trajeto. Não voltamos a falar de Sarah, nem na casa da minha irmã, nem nunca mais. O silêncio com que ela me envolveu não foi o que guardamos para nos abster de falar ou condenar, ou o que observamos sobre a nossa vida interior, mas outro, mais cruel: o silêncio da resignação, em que nos mantemos prisioneiros.

Nunca contei essa história para ninguém, mas a sua evocação me persegue como uma imagem incessantemente reavivada. A morte de Sarah tornou-se um abismo em mim; compreender isso é possuir a chave de numerosos enigmas. Conservarei esse medo até o fim dos meus dias. Juro que o gesto foi intolerável e que precisei me violentar, em condições a um só tempo atrozes e fáceis. Vêm-me arrepios: golpeei-a com toda a força contra a parede. No mesmo segundo em que senti tal força vir a mim, ela não se mexeu mais, aniquilada pelo medo, magnetizada pela minha decisão, ou, quem sabe, tomada de vertigem pelo efeito da ternura que eu lhe transmitia e que ela ainda sentia.

Saí fulminado de uma experiência que me confrontou de maneira inesperada com o espantoso segredo sobre o qual a minha mãe, como todo mundo, habituara-se a guardar silêncio: o que distinguia o homem das demais criaturas era a sua aptidão natural para desdenhar as emoções.

Uma nova era se iniciava, eu estava no ano zero; teria de aprender a viver sem o meu pai. Durante o trajeto, as penugens dos meus sonhos de juventude foram caindo, uma a uma. Teria de trocar de pele, preparar-me para uma nova arribação, que exigiria outros sacrifícios, outras traições.

Tão rápido quanto possível, precisei correr o mundo, sacudir o jugo das servidões, identificar os instantes verdadeiros da vida, aprender a reconhecer a importância dos reveses que moldam a consciência — realidades que jamais iluminam os lugares agradáveis — e, a cada vez, improvisar novas pátrias no olhar dos meus companheiros de estrada. Depois, a descoberta de um reduzido número de obras seminais, cuja leitura me era tão necessária quanto improvável, desviou-me do caminho e me trouxe de volta à França. Retomei então os meus estudos até a nova partida, dessa vez rumo aos templos do Camboja. A Conservação de Angkor tornou-se o âmbito das minhas primeiras pesquisas sobre o budismo khmer.

No dia 10 de outubro de 1971, em pleno viço da idade, sou detido num mosteiro por milicianos da guerrilha cambojana, condenado à morte e trasladado para um campo de concentração (M-13). Minha filha Hélène, de pouco menos de quatro anos, é deixada na estrada, escapando assim à minha sorte. Entretanto, o chefe encarregado de executar-me diligencia por conseguir minha libertação, ao final do terceiro mês de cativo. Tempos depois, é nomeado diretor da prisão secreta S-21 ou Tuol Sleng, em Phnom Penh, incumbido de interrogar e eliminar milhares de inimigos da revolução. Ao final das hostilidades, o meu antigo “libertador” desaparece na natureza. Até que um dia ele é reconhecido, identificado como o “alcoz de Tuol Sleng” e, por sua vez, preso. O homem não se esqueceu de mim e gostaria de voltar a ver-me. De uma só vez, escrevo as memórias do meu encarceramento na selva, sob a fécula de Deuch — *Le Portail* [O portão] —, onde relato, sem a menor preocupação em falsear o passado com palavras por demais enraizadas no presente, a relação ambígua que nos aproximou. Meu único objetivo é expor o que um jovem

francês de trinta anos se lembrava de ter vivido num campo de extermínio, e, em tais condições, o que tinha apercebido do algoz.

Tive oportunidade de trocar rapidamente algumas mensagens com Deuch, e, em seguida, de encontrar-me com ele na prisão. Cuidei de enviar-lhe meu livro. Nesse meio-tempo, uma engrenagem de instrução criminal pôs-se em marcha para julgar o complô do Khmer Vermelho perante um tribunal de direito internacional: o algoz é acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Hoje, sinto a premente necessidade de voltar a esse acontecimento ainda tão momentoso, conquanto vivido muito prematuramente: tratou-se de um violento choque existencial, psicológico e emocional cujos efeitos subsequentes, escalonados e intensificados ao longo do tempo — 1971, 1988, 1999, 2009 —, eu sofri sem cessar, como provações que precisei vencer para emergir das sombras rumo a uma nova consciência.

Essas datas não dizem nada; para mim, no entanto, formam um todo indissociável. De seu desdobramento, desenham-se as sucessivas versões de um retrato falado truncado, trágico e fantasmagórico que os meus automatismos mentais não me deixam em absoluto reconhecer. Ocorre-me apenas decifrá-las de modo intermitente, a exemplo dos surtos de febre que contribuem para o desenvolvimento das crianças, quando não as matam. Tamanho foi o choque que precisei a cada vez reavivar antigas correlações entre as minhas intuições de outrora — algumas delas extirpadas da consciência a tal ponto que chego a duvidar se jamais me ocorreram — e outras que de agora em diante me agitam com a força do presente, como um junco a romper amarras.

*

1971. Se o meu encarceramento no M-13 tivesse sido tudo, não me teria ficado senão a impressão de ser preciso superar um

conflito pessoal, nenhum inimigo real, a sós comigo mesmo, com a única e momentânea obsessão de não deixar passar nada do que teria podido constituir um prenúncio da minha morte, tal como certos movimentos que perscrutamos na superfície das águas anunciam um maremoto iminente, embora ainda invisível. Teria saído do episódio me sentindo culpado e atormentado, mas, ao mesmo tempo, tão aliviado que a euforia da libertação teria dissipado tudo, inclusive o nome e as feições do antigo professor de matemática a quem devia o fato de estar vivo. No momento, acreditei sinceramente que essa história tinha ficado para trás, tinha acabado, e que após a guerra eu iria reencontrar alegremente meus dois companheiros e, junto com eles, levar adiante minhas pesquisas.

1988. Muito mais tarde, quando reconheci a foto do Khmer Vermelho de quem havia sido prisioneiro, desencadeou-se um segundo processo de tomada de consciência que veio mudar radicalmente as coisas: fora ele quem orquestrara a morte de milhares de pessoas nas valas comuns de Tuol Sleng. Comecei a rever o filme do meu cativo com outros olhos. Um filme visto em câmara lenta, imagem por imagem, enquanto a lembrança nítida dos meus colegas de cativo me chegava por lampejos, através do olhar de cada uma das vítimas cujas fotos estavam afixadas nas paredes da prisão.

O próprio “Deuch” — tinha, com efeito, esquecido seu nome — tornou a me aparecer, mais do que nunca, porém, envolto na auréola de duplicidade com que certa feita o vira — expressão ora sorridente e franca, ora hermética e fria —, alheado de si, num desdobramento da personalidade que ele mesmo já não era capaz de ajuizar. “Ninguém consegue mostrar uma cara para si mesmo e outra para a multidão, sem ao final indagar com assom-

bro qual das duas é a verdadeira”:² depois de Tuol Sleng, não se permitia mais a dúvida. Enquanto, a seu lado, eu me deixava esgueirar mais uma vez até o vazio da “zona cinza”³ que nos separava e nos tinha ligado no M-13 — lugar paradoxal onde se me ofereceu a ocasião de compreendê-lo, para o meu espanto —, seu espectro nauseabundo, coberto de farrapos esmaecidos atados com trapos, aproximava-se de mim. As modulações de sua voz se transformaram em não sei que estridente lamúria que me pareceu constituir o substrato de todas as lamentações humanas. Nunca ouvira nada semelhante: a enormidade de sua miséria extinguiu em mim qualquer traço de piedade. Do mesmo modo, retirei-me precipitadamente de Tuol Sleng meditando sobre o sentido de coisas que tinha visto em estado embrionário, sem ter podido reconhecê-las.

No intervalo de tempo em que se operava a recristalização das minhas lembranças, compreendi que tal visão não me deixaria mais, que seria preciso conviver com ela para sempre.

1999. Tornei a cair na mesma armadilha dez anos mais tarde, embora sob forma mais insidiosa, mas não menos trágica, quando Deuch reapareceu vivo. Dois jornalistas o encontraram e o reconheceram sem hesitação, graças a velhas fotografias.⁴ O antigo revolucionário não desmente nada, oferece um singelo resumo de sua missão nas execuções e menciona sua recente conversão ao cristianismo. Para ele, nada havia de surpreendente nisto: como Deus se manifesta na origem de tudo o que não compreendemos, de tudo o que não queremos cometer, a única explicação possível era a sua própria culpabilidade — soara, portanto, a hora da represália. Pouco depois, recebi em Bangkok as gravações em fita cassete do primeiro jorro de suas lembranças, em que ele reconhecia a parte de responsabilidade que lhe cabia pela morte de “cerca de quarenta mil pessoas”.

Na verdade, eu não pensava mais em Deuch como tal. Seu papel, sua ação tinham ultrapassado os limites de sua pessoa. Foi, pois, à maneira de uma armadilha há muito preparada, que as coisas tornaram a se fechar sobre mim, como um quebra-cabeça cujas peças imantadas se encaixassem umas nas outras silenciosamente, com a força de uma mandíbula. Vi ordenar-se na minha cabeça os elementos do jogo infernal. A biografia de Deuch já não poderia ser outra senão a do “algoz de Tuol Sleng”, embora ele tivesse me dado a ver outra coisa de sua pessoa. Não era mais permitido me calar: o indivíduo revoltado, o especialista engajado, o homem desmascarado, o ser moral e exigente, em quem tudo era verdadeiro, tudo era faceta. Suas metamorfoses adquiriam o significado das antigas tragédias de sentido obscuro, que nada explicam, mas cujo tema transcendente continua a ser a representação das forças da vida, em meio às quais se debate o homem, inteiramente à mercê do perigo.

Lancei-me ao trabalho. Não tendo, por assim dizer, anotado nada no próprio local, meu relato só poderia ser uma conformação de frágeis reminiscências. Em todo caso, porém, dada a rapidez com que nossos sentimentos se esfumam e em questão de poucos dias perdem a cor, parecia-me que a fixação imediata e grosseira da experiência vivida também se tornaria um enigma. Entre o assunto e o autor, impunha-se o recuo. O mais duro foi ponderar minhas dúvidas; o mais sublime foi resgatar o frescor de certos momentos mediante rodeios e retornos no tempo, como o vaivém do sangue pelas veias.

2009. Na véspera de prestar depoimento no processo do Khmer Vermelho, quis retornar uma derradeira vez a Tuol Sleng. Mesmo após inúmeras visitas, o lugar nos enche de pavor.

Nos corredores do antigo liceu, o monstro diante do qual dentro em pouco testemunharei parece tão presente ainda que me vêm curiosamente à memória as crônicas de Joseph Kessel sobre as sessões do tribunal de Nuremberg. Nelas, o grande aventureiro e repórter dá vazão a todo o seu talento e animadversão.⁵ Kessel observa com binóculos e descreve, com a precisão do caricaturista (e amplo recurso a signos derivados de uma espécie de antropometria moral), a animalidade e a degenerescência dos traços de cada um dos hierarcas nazistas reunidos na sala, de sorte que a possibilidade de nos reconhecermos um pouquinho que seja naqueles “falsos semideuses” jamais aflora ao espírito de nenhum ser humano digno desse nome: *rosto enorme, crânio calvo, testa estreita, olhos furtivos, cara chata, nariz afilado, lábios finos, voz melíflua, queixo inexistente, pescoço mole, ombros fornidos, costas rotundas...*

O ponto de vista escolhido aqui, em Nuremberg, ou alhures, e que os homens sempre adotaram para pintar seus inimigos mais antagônicos, é, portanto, não obstante o talento esbanjado por Kessel, o mesmo do conjunto de observadores e cronistas judiciários da época. Já o meu inimigo, ai de mim!, não se apresentaria assim numa sala de audiência como essa. Depois do M-13, já não persigo o mesmo alvo. O meu é mais difícil de reconhecer, embora se deixe identificar muito mais facilmente, pois assume o rosto de todos e cada um...

Penso, no mesmo instante, na nota que o editor francês das confissões de Rudolf Hoess, o antigo comandante de Auschwitz, cuidou de acrescentar à atenção do leitor:

A autobiografia de Hoess apresenta um interesse histórico e “exemplar” tão considerável que se fazia mister a sua edição em várias línguas. A vida privada de Hoess não diz respeito ao leitor senão na medida em que esclarece o comportamento “histórico” do perso-

nagem. Outrossim, a editora Julliard, bem como as editoras inglesa, polonesa e alemã, e, para esta nova edição, a editora La Découverte, não julgaram oportuna a publicação das cartas de despedida de Hoess à sua família.⁶

A nota do editor remetia ao final da narrativa de Hoess, quando este, às vésperas da execução por enforcamento, parecia ter encontrado em certas passagens de caráter mais íntimo motivos não apenas para se reconfortar, mas para expor-se mais completamente e, por isso mesmo, de forma muito mais monstruosa no desdobramento de sua personalidade: “Quando se utilizar deste relato, gostaria que os trechos que dizem respeito à minha mulher, minha família, minhas expressões de afeto e minhas dúvidas íntimas não fossem publicados”.⁷

Quanto a mim, penso antes que a vida privada do oficial nazista também nos diz respeito, e por mais de um título, na medida em que lança luz sobre as formas de comportamento que temos em comum com ele. É, de fato, uma terrível aproximação, tanto que deveria constituir o objeto de um decreto de emergência ou mesmo de uma medida excepcional. Vejo nessa recusa os efeitos nocivos de um pretense pudor que não visa senão embalar as pistas e neutralizar a nossa desconfiança; de uma moral a tal ponto artificial que induz a mascarar a realidade sob estereótipos e fatos caricaturais, de modo a relegar os grandes assassinos a uma distância segura, parodiando-os, se não fazendo deles motivo de riso. Sim, a vida privada desses homens me interessa, na medida em que ela tem relação com os seus crimes; ou pior: na medida em que mascara a estreita relação que ela guarda com os seus crimes. Para lá das “trágicas anomalias de comportamento” imediatamente atribuídas aos déspotas sanguinários uma vez *vencidos*, desmascarados e estigmatizados pelo senso comum nos livros de história, é justamente esta parte do ser sensível — a que

compartilho com eles, por ser igualmente reveladora da minha natureza íntima — que está na origem de toda a minha aflição e perturbação. Na medida em que observamos sem dissimulação a monstruosidade do outro, cedo ou tarde acabamos por reconhecê-la em nós.

De onde poderíamos tirar, do outro lado do véu, ainda que por um instante, a força para escaparmos ao pior daquilo que nos recusamos a ser? Não sei se isso é possível sem uma profunda crise pessoal. Em contrapartida, receio que jamais cheguemos a ela se nos contentarmos sempre em repelir com indignação as oportunidades excepcionais de nos reconhecermos no outro. Não é nos sistemas, mas no que há de mais íntimo em nós e nos nossos infortúnios que poderá vir a germinar um novo fruto sobre a terra, à sombra do cadafalso dos nossos grandes sacrilégios: a violação da consciência social, o ultraje da moralidade, a profanação do nosso arquétipo de homem.

Ao observar Deuch no banco dos réus, sob as luzes exageradas da Câmara Extraordinária nas Cortes do Camboja (CECC), que também batem em cheio em mim, tenho vontade de me levantar e denunciar o tabu hipócrita, instando os juízes a que tenham coragem de nos dar a ouvir os trechos em que o algoz de Tuol Sleng, súbito vestido no mesmo uniforme que o carrasco nazista, revela sua sensibilidade e suas dúvidas, expõe os caracteres fundamentais da sua humanidade, de que modo ele foi um homem violento, covarde, leviano e, portanto, profundamente humano.

*

Nas páginas a seguir, volto a essas tribulações que marcaram minha vida. Trata-se de reconsiderá-las com o auxílio de uma sen-

sibilidade renovada, etapa por etapa, reintroduzindo-as noutras tantas partes correspondentes.

Perdi a convicção de que as coisas, desde o instante em que se produzem, assumem uma forma inalterável que se mantém por toda a eternidade. O que ainda não era verdadeiro no pretérito, a minha ação torná-lo-á num momento posterior. O presente modifica antes o passado do que o futuro, cada nova tribulação pressiona as anteriores a fim de esmagá-las. E como sempre nessas circunstâncias, volto a pensar na morte do meu pai, em Sarah... A dor aumenta, a alma se dobra; todavia, que terno complemento a morte acrescenta à lembrança daqueles que amamos até o último instante!

Penso nos meus dois amigos, na ronda infernal das vítimas do M-13, nos prisioneiros com quem convivia à distância, mirrados, porém ainda jovens e belos: mortos, sem amor. Seus rostos perfurados por tachas cravam-se em mim como nas paredes de Tuol Sleng. Penso também em Deuch, do qual todos mantêm distância, inclusive os próprios filhos. Na filha repudiada, desonrada de uma hora para outra pelos crimes do pai... A forma mais dura de morrer é desaparecer do coração dos seres que amamos, deixar de viver neles.

Além do passado que retorna a mim todos os dias, tanto ele ainda me engendra, repasso ao infinito as fases da tribulação cambojana, a única que me levou a tomar consciência da minha identidade — melhor do que qualquer morte — e escancarou-me os olhos para a mais perigosa das equações: sondar em mim o pior que pode haver em outrem.

Senão, como haveremos de sair da nossa cegueira, “a grande cegueira de todos e cada um por si?”⁸